



# XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

---

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

---

DO ESPAÇO PÚBLICO À CIDADE COMO LUGAR DE CONSUMO: UMA PROPOSTA  
METODOLÓGICA PARA ANALISAR AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DE CIDADES  
TOMBADAS. O EXEMPLO DE PARATY/RJ

**Nascimento Padilha, Marcela do** (UFF e UB) - marcela.nascimento@gmail.com

*Geógrafa e Mestre em Geografia, deotoranda em Geografia na UFF, sob a orientação do Prof. Dr. Márcio Piñon.*

*Atualmente realiza estágio de Doutorado na Universitat de Barcelona, na Espanha, sob supervisão do Prof. Dr. Horacio Capel.*

# **Do Espaço Público à Cidade Como Lugar de Consumo: Uma Proposta Metodológica para Analisar as Transformações Socioespaciais de Cidades Tombadas. O Exemplo de Paraty/RJ**

## **Resumo**

Apresentamos aqui uma proposta metodológica para o estudo das transformações pelas quais as chamadas cidades históricas passam a partir de seu tombamento e do uso de seu patrimônio histórico. Trata-se de uma abordagem geográfica, porém recorre-se a autores de outros campos do conhecimento, como a Sociologia, o Urbanismo e a História da Arte. A proposta se baseia na ideia elaborada por David Harvey acerca da cultura vista como *commodities* e da renda monopolista. No entanto, o uso indiscriminado e equivocado dessa renda pode ocasionar um efeito inverso, levando à perda da mesma. Esse processo pode servir para analisar as cidades com significativo patrimônio histórico arquitetônico, utilizado como atrativo turístico e que pode ocasionar o crescimento econômico em uma primeira fase e a perda de valor atrativo em uma fase seguinte. A cidade que escolhemos como exemplo é Paraty, localizada no litoral sul fluminense e que desde sua conversão em Monumento Nacional, em 1966, aliada a uma melhoria de acesso à cidade com a abertura da rodovia Rio-Santos, passou a receber um grande número de turistas e a sofrer importantes transformações socioespaciais.

A percepção mais comum presente em nossa sociedade atual é a de que o mundo está mudando em alta velocidade e com uma mescla muito grande de culturas. Por isso, os testemunhos da história que carregam consigo identidades diversas são vistos como objetos de valor significativo, como se eles pudessem nos ajudar a não acabarmos perdidos em nossa própria história ou sem sabermos de onde viemos.

Os objetos do passado são como provas vivas de outro tempo, de outra sociedade e cultura. Eles nos permitem uma certa comunicação, uma espécie de diálogo com um momento e contexto diferentes daquele que estamos vivendo. Dessa forma, os objetos do passado, podem ser considerados como elos entre os diferentes períodos da história e o presente. Assim, a ideia de se preservar o patrimônio histórico pode ser vista como uma tentativa de não deixar morrer a nossa história, as nossas origens e de fazer com que ela seja conhecida pelas gerações vindouras.

O valor atribuído hoje ao patrimônio histórico merece de nós uma visão mais atenta, pois resulta numa rede de transformações materiais e imateriais das diversas sociedades. Na Antiguidade Ocidental, o monumento, segundo Aloïs Riegl (1999), era *intensionado*, enquanto hoje vivemos em uma época com predomínio do *monumento não intensionado* ou *monumento histórico*. O primeiro foi concebido, *a priori*, ou seja, foi erguido para exercer a função de monumento, tendo em vista que já na sua criação foi dotado de grande valor e com o objetivo memorial. Já o monumento histórico é concebido *a posteriori*, o que significa que ele já existia e, mais tarde, foi visto como sendo de grande importância.

Ao longo do século XX e, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, o *corpus* patrimonial sofre grande ampliação. Além disso, um verdadeiro culto ao patrimônio histórico surgirá a partir da década de 1960, impulsionado pela indústria cultural do turismo e pelo Estado (CHOAY, 2001). Diversas cidades de todos os continentes têm recebido, nas últimas décadas, um número significativo de turistas, atraídos, em grande parte, pelo seu patrimônio histórico, como é o caso de algumas cidades italianas (Figura 1).

As mudanças nas considerações a respeito do patrimônio, ou seja, os tipos de bens e o período de tempo ao qual estão ligados, e, sobretudo, a extensão a todo o planeta dos valores e das referências ocidentais fizeram com que ocorresse uma enorme expansão das práticas patrimoniais. Um fato que legitima tal afirmação é a ampliação do número de países participantes nas diversas convenções para proteção e conservação de monumentos históricos realizadas no século XX: na convenção realizada em Atenas em 1931, só participaram países europeus. Já em Veneza em 1964, havia também a Tunísia, o México e o Peru. Em 1979 oitenta países haviam assinado a Convenção do Patrimônio Mundial, da UNESCO, realizada em 1972. Em 1991, esta mesma convenção já contava com 112 países signatários. Atualmente esse número é de 187 países.



**Figura 1** – Fila para entrar no Coliseu de Roma e visitantes nas ruínas de Pompeia. Fotos da autora, setembro de 2010.

O grande número de países signatários revela uma busca por um certo prestígio internacional e, conseqüentemente, uma disputa para obtê-lo, já que o patrimônio histórico é considerado um empreendimento bastante rentável por levantar importantes recursos para as cidades tombadas e atrair, em geral, grande número de turistas. O processo de patrimonialização de um sítio histórico no Brasil, por exemplo, cria uma movimentação que, na maioria dos casos, envolve representantes da comunidade local e gera compromissos por parte da União, do estado e dos municípios, que visam (ou deveriam visar) à melhoria da qualidade de vida da população e da melhoria da infra-estrutura local e regional, ao aumento da oferta de empregos etc., enfim, podendo garantir, assim, o desenvolvimento econômico e social local.

No entanto, CHOAY (2001) chama a atenção para os efeitos perversos que, por ventura, a “indústria cultural” ligada ao patrimônio pode ocasionar sobre a relação público-herança arquitetônica. A autora afirma que essa indústria explora a demanda de “distração” da sociedade de lazer que, por sua vez, passa a se ocupar mais do consumo dos bens patrimoniais do que propriamente dos valores intelectuais e estéticos existentes no patrimônio histórico.

Além da degradação que, paradoxalmente, o culto do patrimônio histórico pode provocar a este, há, em muitos casos, a perda da cidadania por parte da população das cidades que possuem parcelas significativas do seu espaço tombadas. Ou seja, os espaços públicos dessas cidades passam a ser mais voltados para os visitantes do que para os seus moradores e, com isso, muitos destes abandonam a cidade ou o seu centro histórico em busca de lugares mais baratos e tranquilos e, também, de um bom negócio que possa ser realizado com o seu imóvel. Assim, os motivos que levam à preservação da cidade podem, após algum tempo, desaparecer, fazendo com que ela perca, também, o seu atrativo. Dessa forma, queremos aqui chamar a atenção para o perigo de transformar o espaço público em

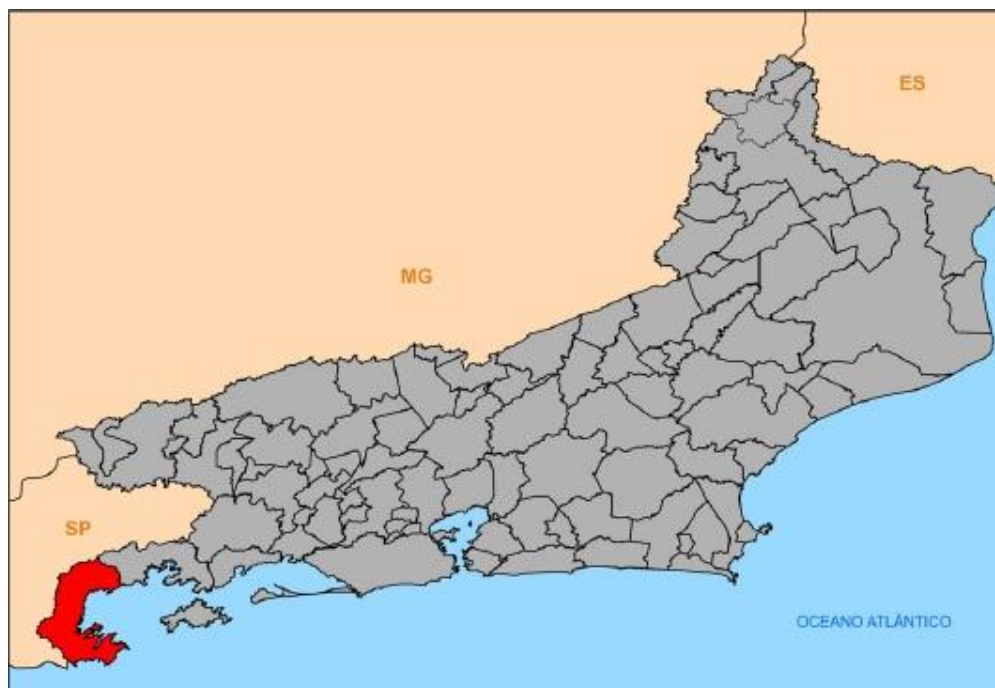
um local puramente de consumo e, com isso, “esvaziar” de sentido o próprio patrimônio histórico.

## **Problemática e Proposta Metodológica**

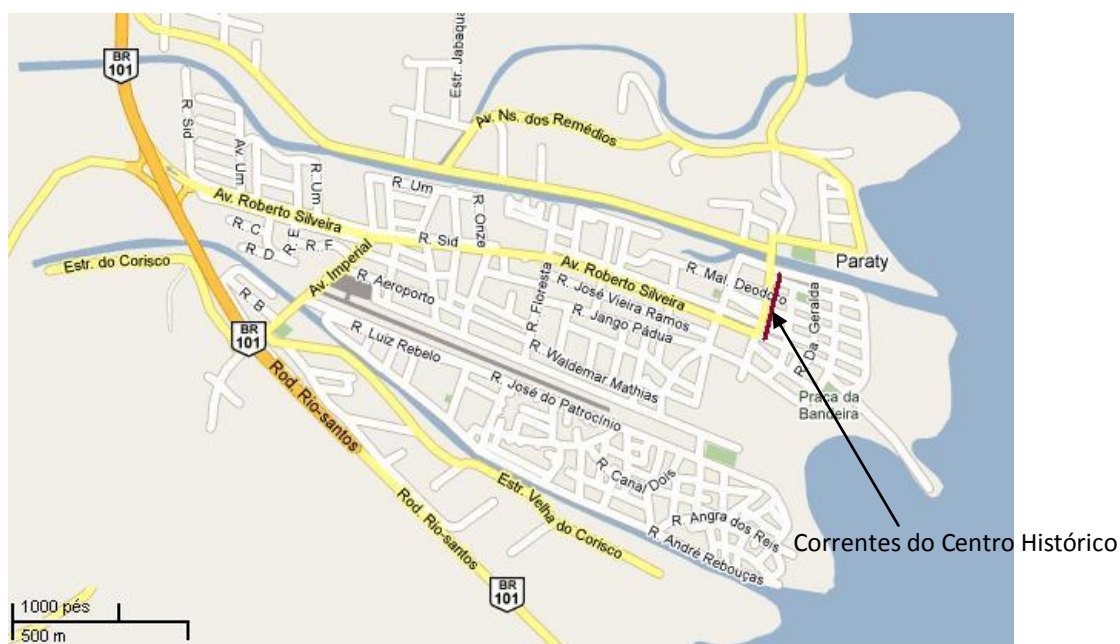
A proposta aqui apresentada tem como objetivo central analisar o processo de transformação das cidades que possuem um significativo conjunto patrimonializado, verificando o exemplo da cidade de Paraty. Entendemos que o processo de se tornar conjuntos históricos seja semelhante nas cidades brasileiras, atuando, principalmente, no sentido da preservação das formas urbanas. No entanto, cada localidade patrimonializada “responderá” de maneira particular a essas ações. Como afirma Lefèbvre, o urbano deve ser visto enquanto totalidade e enquanto fenômeno, que é a manifestação local da totalidade. Nesse sentido, mesmo que haja uma tendência à homogeneização das cidades tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico, os lugares possuem um espaço-tempo próprio que os faz manter a sua particularidade. Assim, por mais que exista um projeto hegemônico, a realidade urbana é sempre diferencial (LEFÈBVRE, 1999).

Sobre isso, MONGIN (1995) afirma que estamos passando pela “*Age III*”, isto é, a terceira cidade, diferente da cidade pré-industrial, onde havia o domínio dos espaços públicos, e da cidade industrial, onde as máquinas e a padronização das formas e costumes ganharam maior destaque. A terceira cidade seria, então, uma espécie de volta ao passado, à primeira cidade (*Age I*), mas sobre uma arquitetura e dinâmica contemporâneas. Tal sentimento de nostalgia levaria ao aparecimento e valorização das ***cidades-museus***, cidades que convivem com o passado e o presente, onde a memória coletiva se apresenta na dinâmica urbana em um ritmo acelerado de mudanças. Tais cidades serviriam àqueles que passam por ela, como um cenário que mostra outra época, outra sociedade e que vem se apresentando como um grande negócio à indústria cultural do turismo. Seria a cidade dos visitantes.

Dessa forma, o que pretendemos aqui é investigar de que maneira ocorre essa relação passado-presente nas formas e na dinâmica urbanas. Em Paraty (Figura 2 e Figura 3), nosso estudo de caso, percebemos que tal relação levou a uma organização espacial composta por duas parcelas diferenciadas dentro da cidade: uma parcela antiga, preservada, e outra nova, com formas e dinâmica social contemporâneas. No entanto, essas parcelas não são de maneira nenhuma excludentes. Pelo contrário, elas se “alimentam” uma da outra. Mas qual é o motivo principal para a ocorrência dessa organização espacial?



**Figura 2** – Mapa da divisão municipal do estado do Rio de Janeiro, com o município de Paraty em destaque. Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2001 / Fundação CIDE.

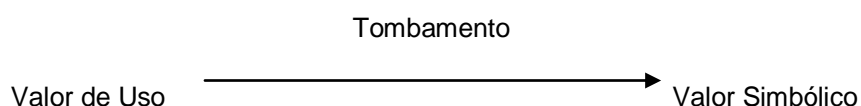


**Figura 3** – Centro Histórico de Paraty, compreendido entre o mar e as correntes, e seu entorno. Fonte: Google Maps.

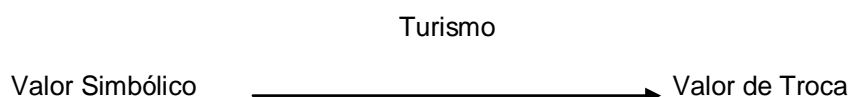
A nossa primeira hipótese é aquela relacionada com o Patrimônio Histórico. Se não houvesse o tombamento da cidade, provavelmente ela não apresentaria duas configurações espaciais tão distintas. Nesse caso, a cidade passaria de um domínio do **valor de uso** (anterior ao tombamento) para o domínio do **valor simbólico** (após o tombamento).

A segunda hipótese, mas que complementa a primeira, é a de que a atual configuração espacial da cidade é reforçada e aprofundada no atual momento histórico pela transformação da área patrimonializada em lugar de consumo – relacionado com a cultura vista como mercadoria. Assim, a cidade teria passado de um momento onde havia o domínio do **valor simbólico** (agregado ao valor de uso) para o domínio do **valor de troca** (subsumindo as duas outras formas de uso).

1ª hipótese – Condição proporcionada pelo tombamento



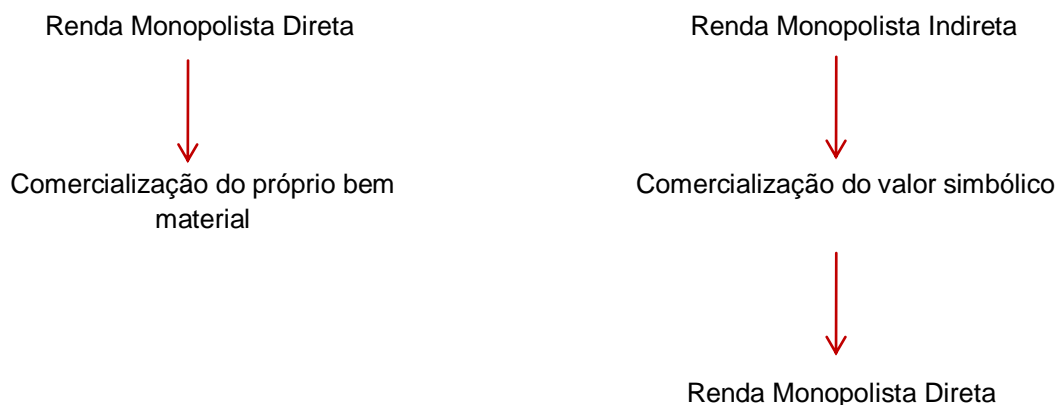
2ª hipótese – Transformação da área protegida em lugar de consumo



Nesse sentido, verifica-se um processo de mudança de valor da cidade, ditado, sobretudo, pelo seu tombamento promovido pelo Instituto do Patrimônio Histórico. De uma cidade movida pela produção agrícola e pelo comércio – momento em que houve o predomínio do valor de uso – Paraty, ao ser tombada, passa a ser uma cidade preservada que detém características que remetem a outro tempo e à própria identidade nacional – predomínio do valor simbólico. No entanto, com o crescimento da atividade turística e as melhorias de acesso à cidade, Paraty ganha uma nova dinâmica sócio-econômica, passando a comercializar o seu valor simbólico, de um passado histórico-colonial, tornando-se, assim, uma cidade hegemônica pelo seu *valor de troca*.

Sobre esse ponto de vista, HARVEY (2005) chama a atenção para o fato de se transformar a cultura em renda monopolista. Esta, por sua vez, estaria sob o controle dos atores sociais que têm domínio sobre um determinado item exclusivo, de valor único, porém, comercializável, direta ou indiretamente. A renda monopolista direta é quando se pode comercializar o próprio bem material, como, por exemplo, um terreno de primeira qualidade para produzir uvas. Já a renda monopolista indireta, seria aquela em que não se comercializa o bem, mas sim os usos que se fazem dele. Neste caso incluem-se as cidades tombadas, pois seu conjunto arquitetônico é explorado pela indústria do turismo com o objetivo de gerar lucro sobre o seu uso e sobre o valor simbólico da paisagem. Aqui o que

produz a renda monopolista é a singularidade, o simbolismo do bem material. Isto leva, também, à renda monopolista direta, pois os imóveis de uma cidade tombada tornam-se valorizados e, portanto, mais caros, embora haja grande burocracia sobre eles e limitações para a sua comercialização.



Dessa forma, HARVEY (2005, pag.222) nos lembra que:

“Frequentemente, as duas formas de renda monopolista se cruzam. Pode-se negociar uma vinha (com seu castelo e cenário físico únicos), renomada por seus vinhos por um preço diretamente monopolista, assim como os vinhos exclusivamente cheirosos produzidos na propriedade. Um Picasso pode ser adquirido para ganhos eventuais e, depois, arrendado por alguém que o põe à mostra por um preço monopolista [...]”.

No entanto, HARVEY (2005) também aponta para a tendência à homogeneização de tais bens. Quanto mais eles são explorados, mais homogêneos tendem a ficar e, por conseguinte, menos valorizados também. É o que o autor chama de a “cultura como *commodities*”, que diminuiria as vantagens monopolistas, como no caso da “*disneyficação*” da Europa. É para fugir dessa “armadilha” que, em geral, as cidades patrimonializadas usam suas particularidades como principal arma de propaganda. Embora muitas das cidades coloniais brasileiras apresentem características comuns, como a arquitetura e o tipo de calçamento, todas tentam mostrar aos visitantes aquilo que têm de singular, pois aí reside o seu maior poder de atração e, em muitos casos, a sua maior fonte de renda. Dessa forma, podemos perceber que há uma mudança clara no tratamento das cidades tombadas: antes vistas apenas como **valor simbólico** e agora apresentando um grande **valor de troca**, gerando, assim, renda monopolista.

Nesse sentido, partiremos do princípio de que existe uma mudança geral no tratamento do Patrimônio que impacta de forma particular em Paraty. Antes, o tombamento agia de forma a “congelar” o bem histórico e, com isso, impedia que fossem feitos investimentos na cidade. Hoje, ao contrário, o tombamento se apresenta como um grande trunfo das cidades para atrair investimentos voltados, sobretudo, para a atividade turística. Esta transformação pode ser inserida em um processo mais amplo de globalização do



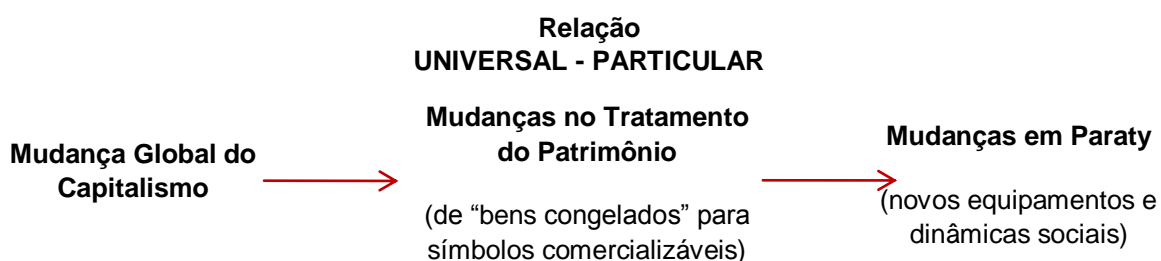
capitalismo, que passou a ocorrer após o fim da Segunda Guerra Mundial e, com mais força, a partir da década de 1970. Da mesma forma, a partir dos anos de 1980, o turismo em geral, mas, sobretudo, o chamado “turismo cultural”, relacionado ao interesse das pessoas em conhecer lugares dotados de grande valor histórico e cultural, ganha força em muitos países de todos os continentes.

Podemos afirmar que uma das grandes responsáveis por impulsionar essa nova direção do turismo foi a UNESCO que, a partir do início da década de 1970, passa a inscrever vários bens considerados de grande valor cultural, histórico e natural, de diferentes lugares do mundo, na Lista do Patrimônio da Humanidade.

Uma vez mais recorremos a David Harvey. Segundo o autor, a idéia de “alcance global” difundiu-se rapidamente no mundo dos negócios e “[...] ajudou a fazer parecer inevitável a redução dos poderes estatais em termos de regulamentação dos fluxos de capital e se tornou um instrumento político extremamente potente de privação de poder dos movimentos operários e sindicais nacionais e internacionais [...]” (HARVEY, 2006:27).

No Brasil, em particular, assim como em outros países da América Latina, como México e Venezuela, o tombamento de conjuntos arquitetônicos se mostra como uma possibilidade de melhoria econômica e social para várias cidades, devido à crise enfrentada por esses países na década de 1980, além dos períodos de estagnação pelos quais passaram diversas cidades, visto que o título de Patrimônio da Humanidade, ou mesmo de Monumento Nacional, confere à cidade melhorias infraestruturais e visibilidade, que levam à sua valorização pelo turismo.

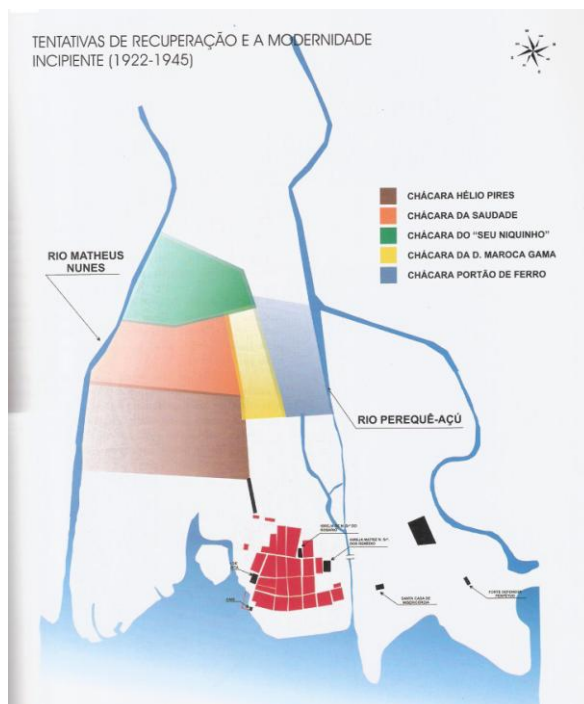
Assim, não só as pessoas e as mercadorias, como, também, as ações de naturezas diversas, passaram a circular cada vez mais intensamente por um número cada vez maior de lugares, influenciando diferentes sociedades. E aí reside a relação entre o “**universal**” e o “**particular**”. Segundo HARVEY (2006), não há como separar as dinâmicas locais dos processos globais, e diz: “Recuso a ideia de que tenhamos opção entre particularidade e universalidade em nosso modo de pensar e em nossa argumentação. No âmbito de uma dialética relacional, as duas se acham sempre internalizadas e implicadas uma na outra” (p.31).



Dessa forma, muitas cidades vão ganhando uma nova forma e, também, novas dinâmicas sociais. No caso de Paraty, cidade que recebeu o título de Monumento Nacional em 1966, o Centro Histórico é a parte mais preservada da cidade – na *forma-aparência* – porém encontra-se modernizado – na *forma-conteúdo* – com novos equipamentos, como rede elétrica, de telefone, internet, entre outros. Existe, assim, uma modernização que é, ao mesmo tempo, acompanhada de uma refuncionalização desse espaço, uma vez que, em detrimento da preservação da *forma-aparência*, há uma alteração de usos na *forma-conteúdo*. No interior dos prédios, preservados em suas fachadas, verifica-se a substituição de antigas moradias por hotéis e pousadas, de pequenos ateliês e oficinas de artesanatos por lojas de grifes mundialmente famosas e muitas lojas de *souvenires*.

No entanto, mesmo ocorrendo essa série de mudanças nas edificações do Centro Histórico de Paraty, ainda há uma série de limites relativos às mudanças físicas dos imóveis, o que, em diversos casos, resulta na saída de muitos moradores e também antigos comerciantes da parte “histórica” da cidade. Em primeiro lugar, limites físicos e espaciais, em segundo, limites concorrenciais e de elevação do preço da terra urbana e valorização dos imóveis, em função da renda monopolista. Devido a esses limites associados à intensa atividade turística que vem se desenvolvendo na cidade, o espaço imediatamente fora do Centro Histórico cresce, acentuadamente com forma e dinâmica modernas. Entretanto, é possível perceber uma clara integração entre essas duas parcelas da cidade. Ao mesmo tempo em que existe uma **distinção**, há, também, a **complementação**, visto que uma das parcelas existe em função da outra. O Centro Histórico depende dos trabalhadores que, em geral, moram na parte nova da cidade e estes, por sua vez, dependem do poder de atração do Centro Histórico para que os postos de trabalho sejam criados, movimentando, assim, a economia da cidade.

Os novos bairros da cidade que estão no entorno do Bairro Histórico crescem devido à valorização do Centro Antigo – preservado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – e este, por sua vez, é valorizado e posto em destaque dentro do município pela sua condição de bem tombado e pode ser preservado devido ao fato de que o crescimento urbano pode ocorrer para fora dos seus limites. Neste caso, é possível afirmar que o próprio sítio da cidade favoreceu tal configuração espacial, visto que a “cidade antiga” ficou “confinada” à beira-mar, entre dois importantes rios, deixando uma grande planície para ser explorada (Figura 4).



**Figura 4** – Centro Antigo (em vermelho) e a planície compreendida entre os rios Matheus Nunes e Perequê-Açú.

Delimitado por grossas correntes de ferro, o Centro Histórico pode manter suas características e construções antigas e, por elas, atrair visitantes, por sua arquitetura colonial e casario pitoresco, enquanto o entorno sobrevive e cresce por meio dessa valorização, decorrente da atividade turística, tentando, inclusive de uma forma moderna, reproduzir algumas características da paisagem do Centro Histórico (Figura 5 e Figura 6).



**Figura 5** – Vista aérea do Centro Histórico de Paraty e seu entorno. Fonte: Inventário e Cartografia, Arquivo do IPHAN, Rio de Janeiro.

## Centro Histórico



## Entorno do Centro Histórico



**Figura 6** – Paisagens do Centro Histórico e seu entorno. Fotos da autora, outubro de 2006.

## Considerações Finais

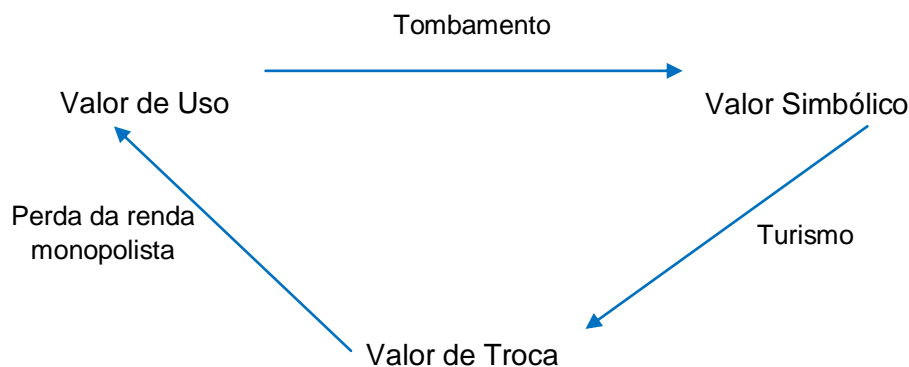
A atual organização espacial da cidade de Paraty foi gerada após a sua transformação em Monumento Nacional aliada à melhoria de acesso à cidade. Isso levou à intensificação da atividade turística na cidade, que hoje responde por 80% da renda municipal. Nesse processo, houve a mudança de valor da cidade, antes com predomínio do

valor de uso, seguido do valor simbólico e, atualmente, há o predomínio do valor de troca. Essas mudanças vêm provocando a saída dos moradores do Centro Histórico, e as antigas residências tornando-se imóveis comerciais. Com isso, tem-se um esvaziamento dos espaços públicos da parte mais valorizada da cidade, pois os mesmos deixaram de ser espaços de sociabilidade dos cidadãos (SENNETT, 1988; GOMES, 2002) para serem espaços para os turistas.

O chamado Centro Histórico foi, aos poucos, perdendo alguns dos serviços da cidade – como farmácias, bancos e até mesmo a sede da Prefeitura Municipal –, que se transferiram para a parte nova da cidade. A agitação nesse bairro, resultante de um calendário cultural repleto de eventos que atraem uma grande quantidade de visitantes de várias partes do país e do mundo, além das festas voltadas para os jovens da cidade, têm alterado, nos últimos anos, as relações entre os moradores e seus espaços públicos, sobretudo aqueles que compõem o centro antigo da cidade. O que se observa é que os paratienses, em geral, estão de acordo com a condição de Monumento Nacional alcançada pela cidade, que põe em relevo, sobretudo, o centro antigo, alegando ser este título o responsável pela visibilidade da cidade, que por muitos anos manteve-se esquecida. No entanto, o Centro Histórico apresenta-se, a cada dia, como um lugar mais voltado para a visita e menos para o cotidiano dos habitantes da cidade.

Essa transformação dos espaços públicos do centro antigo se expressa, por exemplo, nas festas tradicionais da cidade<sup>ii</sup>. Estas são numerosas e, segundo relatos de antigos moradores da cidade, sempre foram feitas pelos paratienses e para os paratienses. Todavia, como estas festas estão incluídas no calendário cultural da cidade que é divulgado em meios de comunicação de massa, elas estão ganhando outra dimensão e deixando de se voltar para a preservação das tradições, objetivando cada vez mais apresentar (e vender) um espetáculo aos visitantes. Com isso, novos elementos estão sendo a elas incorporados, como, por exemplo, instrumentos eletrônicos nas tradicionais cirandas. O casario e o arruamento do centro antigo vêm se transformando, aos poucos, em um cenário para a teatralização das festas populares.

Paraty é, assim, um exemplo claro das transformações que queremos pôr em relevo, pois apresenta configurações espaciais, com limites bem definidos<sup>iii</sup>, que suscitam comportamentos sociais e atribuição de significados particulares. Além da perda da cidadania, esse processo pode levar à perda da renda monopolista de Paraty, levando-a de volta ao passado, ou seja, sem o atrativo turístico do qual desfruta hoje.



## Referências Bibliográficas

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HARVEY, David. 2001. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. 2000. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

IPHAN. *Cidades Históricas: inventário e pesquisa – Parati*. Brasília: Editora do Senado Federal, 2007.

LEFÈBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

MONGIN, Olivier. *Vers La troisième ville?*. Paris: Hachete, 1995.

RIEGL, Alois. 1903. *El Culto Moderno a los Monumentos*. Madrid: Visor, 1999.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: EdUSP, 2002.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

## Notas

<sup>i</sup> Podemos, aqui, recuperar as ideias de Santos, M. (1996), em *A Natureza do Espaço*, na análise do espaço-forma e espaço-conteúdo, para afirmarmos que na primeira passagem o *valor simbólico* se une ao *valor de uso* no espaço-forma, sem alterar, propriamente, o espaço-conteúdo da cidade, tornando-a algo pitoresca e memorial, contudo, na segunda passagem, com a hegemonia do *valor de troca*, tomando para si o espaço da cidade como um todo, tanto o espaço-forma como o espaço-conteúdo serão capturados pela forma mercadoria e as suas diferentes formas de banalização.

<sup>ii</sup> As festas mais importantes que ocorrem no Centro Histórico são: 1) as religiosas: Semana Santa, Festa do Divino Espírito Santo, Festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e a Festa de Santa Rita; 2) as populares: Carnaval e o Festival da Pinga e Produtos Típicos de Paraty. Há também as danças folclóricas, dentre as quais podemos destacar a Ciranda.

<sup>iii</sup> Limites como as correntes do centro antigo, os rios Perequê-Açu e Patitiba, e a Rodovia Rio-Santos.